

Um caminho sem retorno

Econ. Brasil

Sérgio Miguel

São Paulo — “Mantidas as regras atuais de indexação, quem disser que a inflação vai cair estará mentindo ou não conhece economia. Eventuais reduções se deverão a “jeitinhos”, a meras transferências das datas de incidência dos efeitos inflacionários. No mês subsequente, o índice inflacionário superará o anterior”. A afirmação é do economista Manuel Enriquez Garcia, professor da Faculdade de Economia e Administração e da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo.

Garcia, que defende a adoção de um pacto entre trabalhadores, empresários e governo para resolução da crise econômica, acrescenta que “a economia brasileira está seguindo uma trilha sem caminho de volta, a trilha da recessão com inflação alta. E o país não sairá disso tão cedo, se as regras de indexação não forem mudadas”. Para ele, a indexação OTN-URP é a principal responsável pelas altas taxas inflacionárias: “A URP é um engodo, é

um fator desestabilizador da economia. Do ponto de vista teórico, a indexação, com a URP muito próxima da inflação, é boa para o setor produtivo, pois em tese assegura os empregos e a produção. No caso brasileiro, o mecanismo é perverso, pois só assegura o emprego e provoca a redução do salário real. Em consequência, também cai o nível de atividade, pois cada vez as pessoas estarão gastando menos. Na prática, os empregos sendo preservados, mas o nível salarial está caindo”.

Investimentos

Para o economista, “a saída seria baixar a inflação, mas isso não seria possível porque a indexação sempre levará a mais inflação. O modelo presente foi criado pelo ex-ministro da fazenda Bresser Pereira — que, com a URP, recorreu a algo do mais puro monetarismo, que ele abomina — e a atual equipe econômica não modificou uma linha. Até agora, esta equipe só fez duas coisas: preparou o orçamento de 1989 e negociou a dívida externa”.

Garcia assinala que “apenas a ampliação dos investimentos externos e internos poderia atenuar a inflação. Bem ou mal, o setor privado tem feito a sua parte. Mas o governo não tem investido e além disso os investimentos externos caíram muito, principalmente após 1983, quando tecnicamente o Brasil faliu. Houve a moratória, desconfianças mútuas, e as aplicações estrangeiras foram diminuindo. Não nos esqueçamos do déficit público. Tudo isso gera uma pressão enorme do Governo sobre o setor financeiro, e os níveis inflacionários não param de subir.”

Pacto

Para o economista, um pacto entre trabalhadores, empresários e governo seria “a saída consensual para a situação, porque num acordo desses as partes admitem sofrer perdas. O pacto proposto para o Brasil inspira-se no da Espanha. Lá, foi um êxito. Tomou-se do pacto espanhol a idéia de que os reajustes devem ser feitos olhando-se a projeção da inflação, e não os níveis passados. Ocorre que o Governo espanhol deu garantias de con-

tribuir para a queda da inflação. A grande vantagem de um acordo desse tipo é que se pode diminuir ou até eliminar o déficit público. Mas se o governo não fizer a sua parte, nada dará certo”.

Garcia ressalta, no entanto, que “qualquer pacto acaba sendo recessivo a médio prazo. Na Espanha, onde o governo decidiu modernizar as empresas estatais, e vender as inoperantes, a inflação caiu de 30 para 15% ao ano, no primeiro ano de vigência do acordo. E com sucessivos pactos, foi caindo ainda mais, chegando aos atuais 3% ao ano. Mas só nos primeiros doze meses, 250 mil pessoas perderam o emprego”. O economista acrescenta que a recessão é quase inevitável porque “de início, o governo faz seus ajustes, e ajustes significam menos investimentos. Há dispensa de pessoal. Além disso, muitas empresas vivem de contratos governamentais, e com os cortes nas aplicações, têm dificuldade em manter os níveis de emprego. Observe-se ainda que no primeiro momento, há uma perda salarial, que faz cair o poder de compra do trabalhador.